

A organização da Educação no Território Federal do Iguaçu no ano de 1946: contribuições de Laudímia Trotta.

Resumo

Neste texto analisamos a situação da educação no Território Federal do Iguaçu bem como o papel exercido por Laudímia Trotta na organização e reestruturação da educação do Território entre os meses de abril a setembro de 1946. Frente a uma situação de precariedade, questionamos: quais foram as estratégias utilizadas por ela e sua equipe para adequar a educação do Território ao panorama educacional que se apresentava à época com a expansão do ensino em todo o país? Embora seu trabalho tenha acontecido num curto período de tempo, sua contribuição para a educação de uma região que até aquele momento fora abandonada pelo poder público é de indiscutível importância. Fazendo parte de um projeto de abrangência nacional idealizado por Getúlio Vargas conhecido como Marcha para Oeste, a criação do Território impulsionou as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina atingindo diretamente seus milhares de moradores sinalizando para o progresso e visibilidade. No entanto, sua duração efêmera (1943-1946) fez com que grande parte dessa região acabasse retornando à estagnação e ao esquecimento de outrora.

Palavras-chave: Território Federal do Iguaçu. Divisão de Educação. Organização administrativa e pedagógica. Laudímia

Lucimara Lemiechek

Universidade Federal da Fronteira Sul
luspassin@uffs.edu.br

Introdução

A partir de 1920 o Brasil iniciou um processo de profundas transformações políticas, econômicas e sociais com maior participação das camadas populares na tomada de decisões. Esse processo se intensificou na década de 1930 com as modificações nas relações de trabalho ocasionadas pela passagem da sociedade agroexportadora para a sociedade urbana industrial alicerçada na produção de bens de consumo. As alterações, especialmente no mercado de trabalho, complexificaram as relações em todas as esferas e geraram por consequência, necessidades na área educacional. Desde a proclamação da República, havia o entendimento de que a escolarização mínima era fundamental para o desenvolvimento econômico e também contribuiria para diminuir as desigualdades sociais no país. A partir do lançamento do Manifesto dos Pioneiros¹, no ano de 1932, a educação brasileira passou a ser objeto de debate não só por educadores e intelectuais, mas nas mais variadas esferas sociais, provocando modificações na legislação e nas políticas educacionais.

Com Getúlio Vargas no poder, estreitou-se ainda mais a ligação entre desenvolvimento, mercado de trabalho e escolaridade. As regiões afastadas dos grandes centros passaram a ser alvo de políticas públicas que tinham por objetivo agregá-las ao processo produtivo. Considerando que os governos anteriores não haviam dado a elas a devida atenção, muitas vezes acabavam se tornando redutos étnicos alheios ao que se passava com o restante da nação brasileira.

Neste trabalho apresentamos a situação em que se encontrava uma dessas regiões e analisamos as medidas que foram tomadas/pensadas para amenizar o distanciamento entre os grandes centros urbanos e o interior, no que se referia à questão educacional. Nos reportamos basicamente aos trabalhos de Lopes (2002), ao Relatório de atividades² do Governo do Território Federal do Iguaçu encaminhado para o presidente Eurico Gaspar Dutra (1947) e à legislação da época.

1 Documento redigido por Fernando de Azevedo, mas que expressava o pensamento de educadores e intelectuais de várias áreas. Pode ser considerado um divisor de águas para a educação brasileira tamanha sua importância.

2 Utilizaremos a parte que se refere ao setor educacional que contém 38 páginas e foi elaborado por Laudímia Trotta e equipe.

O texto está assim estruturado: primeiramente abordamos a ascensão de Vargas ao poder em 1930 e seu objetivo de impulsionar o capitalismo utilizando-se de um projeto de interiorização e nacionalização do Brasil conhecido como *Marcha para Oeste*. Em seguida contextualizamos a criação do Território Federal do Iguaçu (1943-1946) e sua organização administrativa. Finalizando, enfocamos as ações administrativas e pedagógicas realizadas pela Divisão de Educação do Território por meio de sua diretora Laudímia Trotta e equipe durante o ano de 1946.

Getúlio Vargas e a Marcha para Oeste

Desde a proclamação da República, até o início da década de 1920, a política do *café com leite*³ dominava o país. Essa situação começou a se desestruturar a partir de uma onda de acontecimentos como a crise econômica brasileira, os levantes militares, as revoltas populares e o crescimento das camadas sociais urbanas, que começaram a contestar o domínio político vigente complexificando as relações econômicas, sociais e políticas. Com a quebra da Bolsa de Valores (Estados Unidos, 1929), os países importadores deixaram de comprar o café brasileiro ocasionando superprodução e, sem apoio, os produtores tiveram prejuízos enfraquecendo politicamente a parceria com o Governo. Para as eleições de março de 1929, o presidente Washington Luís não aceitou a indicação dos mineiros, que, insatisfeitos, fizeram oposição junto com paraibanos e gaúchos, indicando Getúlio Vargas como candidato a presidente e João Pessoa como vice.

Depois das eleições, a vitória da situação foi contestada gerando tensão. O assassinato de João Pessoa agravou a situação e no início de outubro de 1930 foi deflagrada a “Revolução”, Washington Luís foi deposto e Getúlio Vargas tomou posse em novembro de 1930. A partir daquela data, o cenário político brasileiro se alterou, tornando-se mais adequado ao que se esperava para uma nação em processo de industrialização. Dirigindo um país desestruturado e necessitando fortalecer a sua

3 O cargo da presidência da República se alternava entre Minas Gerais e São Paulo. Com essa negociação dos bastidores da política nacional, os paulistas, maiores produtores de café, revezavam seus candidatos com os maiores criadores de gado e derivados de leite do país, os mineiros (PONTAROLO, 2012).

atuação como governante, Getúlio tomou medidas consideradas drásticas para reverter o quadro de instabilidade. Essas ações estavam comprometidas com os interesses do capital industrial e a meta era fazer com que o país se garantisse economicamente, não mais apenas através das exportações de matérias-primas, mas com o fortalecimento da indústria nacional a fim de promover o desenvolvimento através da produção de bens de consumo voltados ao mercado interno caracterizando a “[...] a passagem de uma sociedade de base agroexportadora para uma sociedade de base urbano industrial” (SZMRECSANYI e GRANZIERA, 1986. p. 42). Porém, essa passagem encontrava alguns entraves. Segundo Costa

[...] teoricamente o mercado brasileiro possuía fortes possibilidades de crescimento devido às dimensões continentais de seu território. Contudo, era necessário que esse território fosse povoado, integrado e articulado ao centro de onde partiam os influxos do desenvolvimento industrial (2007, p. 20).

Assim, as regiões tidas como despovoadas ou que não contribuía economicamente de maneira satisfatória, tornaram-se alvo das políticas que garantiriam o pleno desenvolvimento da economia. Estando Vargas disposto a estabelecer “[...] uma nova ordem jurídico-política calcada na necessidade da integração e do alargamento do território nacional” (FREITAG, 2001, p. 19), sua política de desenvolvimento se traduziu, entre outras ações, na conhecida *Marcha para Oeste*. Lopes afirma que

[...] é sob a ótica do nacionalismo que pode se entender a preocupação do governo federal com as questões do povoamento e ocupação dos espaços vazios das fronteiras brasileiras. Nesse sentido, o caráter centralizador e autoritário do Estado Novo vai ser determinante quando da implementação das políticas territoriais e da criação dos territórios federais de fronteiras (2002, p. 40).

Em agosto de 1940, Vargas fez um discurso carregado de intenções político-ideológicas na inauguração da Associação Cívica *Cruzada Rumo ao Oeste*. Conforme citado por Lopes, Vargas assim se expressou:

[...] se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau

de desenvolvimento econômico e industrial e suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução, figura no programa de Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. [...] Deste modo, o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas (2002, p. 42, aspas no original).

Durante a década de 1930, Vargas foi se articulando politicamente e tomando medidas que julgava necessárias para garantir a interiorização e conseqüente avanço do capitalismo industrial. Procurou conter a imigração e domínio estrangeiro em terras brasileiras baixando vários Decretos-Leis sobre a temática. Munido de instrumentos legais, como a Constituição de 1937, que garantia em seu artigo 6º “A União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, Territórios Federais, cuja administração será regulada em lei especial” (BRASIL, 1937), Vargas estava legalmente fundamentado para criar territórios federais.

De tudo isso, depreende-se que a *Marcha para Oeste*, foi um conjunto de ações variadas inseridas numa conjuntura mais ampla, ou seja, um programa de Governo que tinha como meta o avanço do capitalismo industrial alicerçado na integração econômica de todo o território brasileiro. Isso exigiria um novo tipo de trabalhador rural, que até aquele momento era indiferente ao capitalismo e suas exigências sendo considerado “[...] arcaico, indisciplinado e incapaz de produzir para o mercado” (COSTA, 2007, p. 88).

O Território Federal do Iguaçu

O Território Federal do Iguaçu foi criado pelo Decreto-Lei nº 5.812⁴, de 13 de setembro de 1943 e geograficamente abrangia o Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. O Decreto-Lei nº 5.839 de 21 de setembro dividiu o Território em quatro

4 No mesmo decreto, foram criados os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Ponta Porã e Guaporé.

municípios: Foz do Iguaçu, Clevelândia, Mangueirinha e Chapecó e determinou que a capital seria “[...] a cidade de igual nome” (BRASIL, 1946). Porém, não havia no Território uma cidade chamada Iguaçu e essa indefinição foi resolvida oito meses depois pelo Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944 que redefiniu os limites. Na redefinição surgiu Iguaçu (Vila de Xagu ou ex-Laranjeiras, distrito de Guarapuava) e a pequena vila foi elevada à categoria de município e capital ao mesmo tempo. No entanto, a capital foi instalada apenas no dia 7 de setembro de 1944. Além das cinco cidades, o Território possuía as vilas de Guaíra (Foz do Iguaçu); Pato Branco (Clevelândia); Chopim (Mangueirinha); Catanduvas (Iguaçu); Xanxerê, Barracão, Mondai, Faxinal dos Guedes, Abelardo Luz e Guatambu (Chapecó).

Com relação à área, Lopes afirma que:

Ao todo, a área do Território Federal do Iguaçu correspondia a 65.854 km², sendo 51.452 km² oriundos do Estado do Paraná, e 14.402 km² provenientes do Estado de Santa Catarina. O Paraná contribuiu com 25,74% de seu território e Santa Catarina, com 15,16% (2002, p. 119).

O primeiro governador a administrá-lo foi o Major João Garcez do Nascimento nomeado em 06 de janeiro de 1944. De tradicional família paranaense e homem de confiança de Vargas, uma de suas primeiras preocupações foi percorrer o Território a fim de verificar a situação em que a área se encontrava. Elaborou um relatório datado de 17 de abril de 1944 e enviado ao Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores com observações quanto “[...] aos meios de comunicação, comércio, atividades agropastoris, arrecadação de impostos, linhas telegráficas, ensino, saúde e segurança pública” (LOPES, 2002, p. 143). No relatório, Garcez fez ponderações que diziam respeito ao aspecto geral apontando para o fato de que a riqueza das florestas contrastava com a péssima qualidade de vida, pobreza e abandono a que era submetido o povo da região.

Constrange-se o observador ante o contraste da fortuna que ali existe, jacente, e a vida dos seus habitantes. A razão primordial desse estado de coisas é a carência, quase absoluta de meios de transporte e a precariedade das comunicações existentes. De fato, resultarão nulos quaisquer esforços, empregados no Território, sem que se empreenda, inicialmente, a solução da sua mais premente necessidade (RELATÓRIO de 1944, citado por CAMARGO, 1999, p. 124 -125).

Continuando, quanto à educação, ele assim se manifestou:

Há no Território regular número de escolas primárias. São elas em número de setenta. Além disso, contam-se quatro grupos escolares, sediados em Pato Branco, Clevelândia, Foz do Iguassú e Guaíra⁵. Quanto ao número de escolas pode-se afirmar que atende ainda as necessidades locais; quanto as suas instalações, porém, há muito o que providenciar. A maioria delas funciona em prédios impróprios, outras em simples salas cedidas a título precário e por empréstimo. Em sua maioria não atendem aos rudimentares princípios de higiene e didática. O professorado, salvo honrosas exceções, constitui-se de pessoas bem intencionadas e dedicadas, mas de nível cultural bastante abaixo do que seria estimável (1999, p. 127-128).

Esse caos educacional não diferia do que acontecia no restante do país, especialmente nas regiões afastadas dos grandes centros. Em seus estudos, Emer (1991) aponta os problemas que afligiam a educação na época: grande índice de abandono e repetência, êxodo rural e migração, materiais didáticos insuficientes e inadequados, verminoses, a retirada da escola pelos pais que precisavam de mais braços para o trabalho no campo, a distância, localização e número insuficiente de escolas, falta de habilitação e reduzido número de professores.

O surto de progresso desencadeado pela criação do Território, fez com que muitas famílias se mudassem para a capital e demais cidades o que gerou novas demandas e entre elas, a necessidade de organizar todos os setores da administração pública, inclusive a educação. Para Miguel “o processo de urbanização criava na população a necessidade de outras formas de participação social, que não aquelas do meio rural e a população reconhecia na escola, uma das mediações para se inserir, de modo satisfatório, nas novas relações de produção” (1997, p.24).

Com o relatório em mãos, Garcez e sua equipe, traçaram um plano de ação que contemplava a construção de estradas, prédios públicos, residência do governador, secretários e funcionários, grupo escolar e escola normal, ginásio, fórum, presídio, hospital entre outros. Tanto a capital quanto os municípios que compunham o Território

5 Quando Garcez elaborou o relatório o Decreto-Lei nº 6.550 que redefinia os limites territoriais e tornava Iguauçu a capital ainda não havia sido baixado.

receberiam melhorias em infraestrutura. Apesar de serem obras de caráter emergencial, estavam previstas para ocorrerem num prazo de cinco a dez anos.

O segundo e último governador foi o Major Frederico Trotta nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Tomando posse em fevereiro de 1946, informou que atacaria de frente os principais problemas do Território que eram os mesmos que afligiam o país naquele momento: comunicações, saúde e educação (LOPES, 2002) e já haviam sido levantados pelo governo anterior.

Uma de suas primeiras ações foi pagar bons salários ao funcionalismo público e mesmo assim foi difícil para Trotta montar sua equipe de governo. Dificuldades como a distância, falta de comunicação e estradas, atendimento precário de saúde e educação desanimavam os candidatos aos cargos. Trotta conservou a maioria dos funcionários designados por Garcez, inclusive aqueles que exerciam cargos de confiança e “[...] trouxe para a capital cerca de duzentos funcionários” (CAMARGO, 1999, p. 122).

Ao assumir, nomeou diretores para os seguintes órgãos: Secretaria Geral, Serviço de Administração Geral e as Divisões de Saúde, Educação, Produção, Terras e Colonização, Obras e por fim, Segurança e Guarda Nacional. Estava formada a base para a sua administração que não duraria muito tempo considerando a extinção do Território sete meses após Trotta ter assumido o cargo.

Com a queda de Vargas em 1945, houve a redemocratização do país e realização de eleições para a presidência e Parlamento Nacional, reforma da legislação partidária e eleitoral e convocação da Assembleia Constituinte. Em dezembro daquele ano foi eleito Eurico Gaspar Dutra, aliado de Vargas. Foram eleitos também deputados e senadores que votariam uma nova Constituição e nesse clima de euforia e abertura os políticos paranaenses se mobilizaram para devolver ao Paraná as terras que lhe pertenceram. O deputado Bento Munhoz da Rocha Neto apresentou no dia 10 de junho de 1946 o Projeto de Emenda Supressiva do Território do Iguaçu e a votação ocorreu no dia 08 de setembro, dando a seguinte redação para o artigo 8, do ato *Das Disposições Transitórias*: “Ficam extintos os atuais Territórios do Iguaçu e Ponta Porã, cujas áreas voltarão aos

Estados de onde foram destacados” (BRASIL, 1946). Ou seja, menos de três anos após a criação, o Território Federal do Iguaçu foi extinto.

A reanexação da área ao Paraná foi comemorada entre políticos e intelectuais, no entanto os habitantes do Território foram os que mais sofreram os impactos, especialmente na capital Iguaçu, que seguia num ritmo de intenso progresso e em decorrência da paralisação das obras, famílias inteiras foram embora gerando um quadro de desolação e insegurança.

Laudímia Trotta e a Organização da Educação no Território em 1946

Na década de 1940, a educação passava por intensas modificações com a promulgação das Leis Orgânicas⁶ e o projeto de expansão dos Cursos Normais (especialmente o Normal Regional⁷) como consequência do aumento do número de vagas nos cursos primários, pois ambos estavam inter-relacionados.

A Divisão de Educação foi assumida por Laudímia Trotta, esposa do governador, a partir de abril de 1946. Na época, ela tinha um currículo invejável: 25 anos de serviços prestados à educação em Curitiba e no Rio de Janeiro. Em sua carreira, exercera as funções de professora primária, diretora de grupo escolar, Fiscal e Orientadora de Ensino e Superintendente de Educação Primária do Distrito Federal. Laudímia era conhecida nos meios educacionais do país e havia feito parte da equipe do educador Anísio Teixeira quando este exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Educação e Secretário de Educação e Cultura do Rio de Janeiro entre os anos de 1931 a 1935 (LOPES, 2002). Depreende-se, portanto que ela seria capaz de responder favoravelmente às mudanças que deveriam ser implantadas na educação do Território. Segundo o mesmo autor, no início de suas atividades ela teria encontrado as escolas

6 As *Leis Orgânicas* ou *Reforma Capanema* se configuraram num conjunto de oito decretos-leis editados entre os anos de 1942 a 1946, abrangendo os ramos do ensino primário e secundário. De acordo com Saviani (2008), os decretos se referiam à criação do SENAI e SENAC, à Lei Orgânica do Ensino Industrial, Lei Orgânica do Ensino Secundário, Lei Orgânica do Ensino Comercial, Lei Orgânica do Ensino Primário, Lei Orgânica do Ensino Normal e Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

7 Regulamentado pelo Decreto-Lei nº 8.530/46, o Curso Normal Regional formava professores regentes para atuar nas escolas isoladas no interior do país.

[...] quase todas instaladas em péssimas condições: casebres, choupanas, capelinhas. E que os Grupos Escolares, em prédios territoriais, municipais ou alugados, necessitavam de consertos, ampliações, pinturas, construção de reservados e instalações de água. O mobiliário escolar como cadeiras, armários, e quadros-negros só existiam nos Grupos Escolares construídos no primeiro governo. As Escolas Isoladas só possuíam mesas toscas, bancos improvisados em caixotes, tocos e banquinhos. O material escolar era guardado em caixotes ou empilhado no chão. Conta que foram tomadas as devidas providências. Segundo a Diretora de Educação, todos os estabelecimentos de ensino estavam desfalcados de material escolar e livros, pois “a dificuldade de transporte e o acúmulo de trabalho do Almojarifado Geral perturbava a entrega do material”. Ela diz ainda que, no decorrer de dois meses, foi feita uma grande remessa de material diretamente aos professores, cuja quantidade daria para os anos de 1946 e 1947 (2002, p. 153).

A desorganização encontrada por Laudímia e já apontada pelo ex-governador é resultado de vários fatores e dentre eles citamos o abandono e a falta de investimento por parte do poder público a que estavam relegados os habitantes dessas regiões dos dois estados. Outra situação relevante era que, embora o Território houvesse sido criado há mais de dois anos, o processo foi lento e a instabilidade e morosidade contribuíram para que, durante o primeiro governo não tivessem sido efetuadas mudanças significativas.

Entretanto, disposta a contribuir para modificar o cenário que ora se encontrava, começou a agir imediatamente e em apenas cinco meses legalmente frente ao órgão (abril a setembro), organizou administrativa e pedagogicamente a educação no Território, ocasionando sensível melhora. Uma das primeiras dificuldades enfrentadas foi a falta de funcionários, pois o setor administrativo da Divisão contava apenas com quatro servidores para atender demandas de profissionais da educação que estavam, além da capital, nos quatro municípios que faziam parte do Território. As grandes distâncias devem ser consideradas como fator que impedia o bom andamento das atividades. Laudímia cita essa dificuldade no relatório:

A dificuldade de transporte e o acúmulo de trabalho do Almojarifado Geral perturbavam a entrega do material. Foi improvisado um depósito junto a Divisão de Educação, adquirido um grande estoque, preparadas as fichas das escolas com número de alunos, por sexo e por série e de posse destes dados, organizada uma pauta e feita em dois meses, grande

remessa de material moderno diretamente aos professores de todo Território. A quantidade de material escolar distribuído é suficiente para os anos de 1946 e 1947 (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 62).

A quantidade de trabalho e as responsabilidades eram enormes e a educação carecia até mesmo de regulamentação e normatização. Tudo precisava ser feito e nessa hora sua experiência profissional foi fundamental para a organização da Divisão. Desta forma, Laudímia e sua equipe redigiram

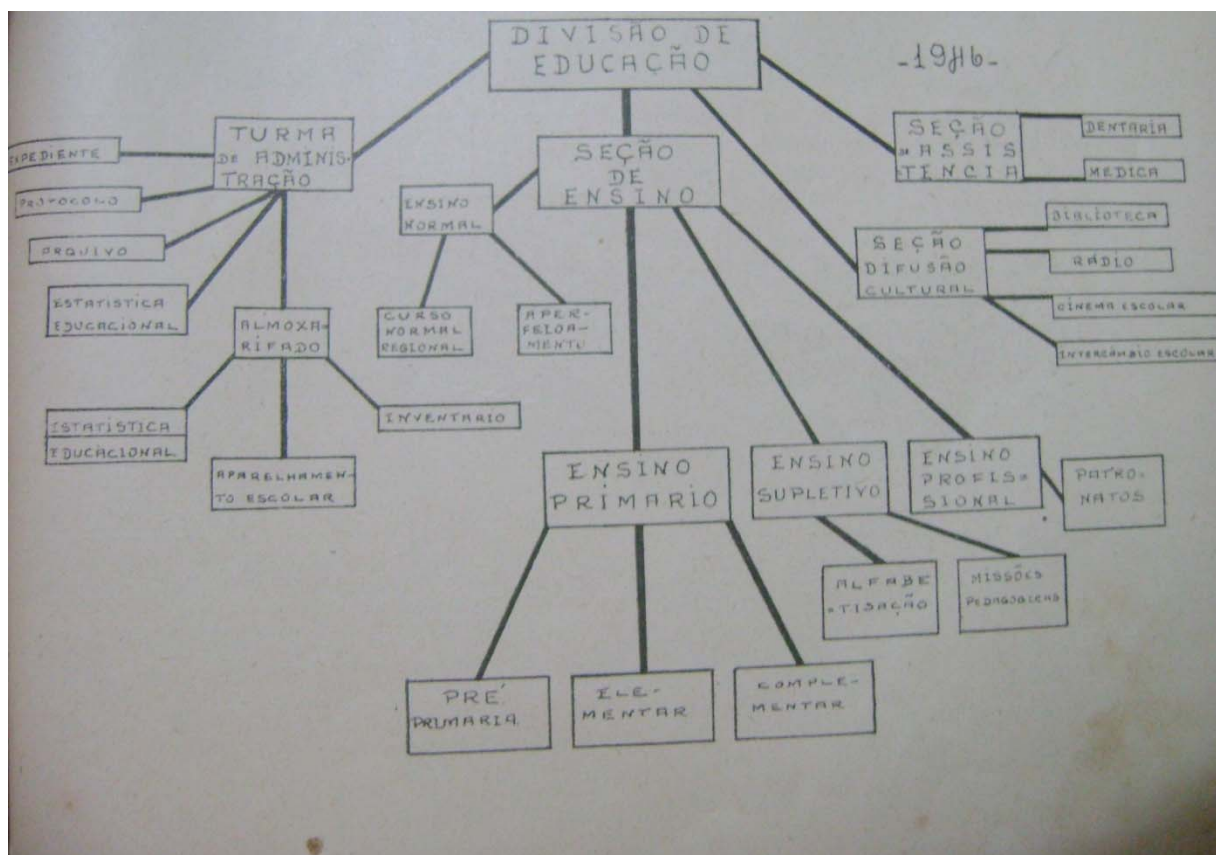
[...] toda regulamentação do ensino, regimentos internos, normal regulamentar, estatutos de associações escolares, fichários de professores e estabelecimentos, pauta de distribuição de material, controle estatístico de matrícula e frequência de alunos, exercício de professores, boletim mensal de acordo com as normas do I.N.E.P (Ministério da Educação) (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 63).

Dentre esses documentos que normatizavam a vida acadêmica no Território podemos citar como fundamentais as normas regulamentares da Divisão de Educação aprovadas pelo Decreto nº 10, o Regimento Interno dos Grupos Escolares aprovado pelo Decreto nº 12 ambos de 3 de agosto de 1946, e o Regimento Interno do Curso Normal Regional⁸ assinado em 13 de agosto de 1946.

Para melhor orientar a organização e funcionamento da Divisão, elaborou-se o organograma que contemplava os setores, funções e instituições e suas relações de interdependência dentro do órgão. Na imagem abaixo, observamos que o órgão se dividia basicamente em quatro seções: o administrativo na qual estavam lotados os servidores que cuidavam de questões como documentação, material, transporte dando suporte a seção de ensino que era composta por diretores e professores responsáveis pela parte pedagógica estando diretamente envolvidos com os alunos. A terceira seção compreendia as questões de saúde (médicos, dentistas, enfermeiros) e por último, a seção cultural se encarregava, através de seus meios de incentivar o civismo, exaltação à pátria e a seus heróis muito comuns após o governo Vargas.

8 Não obtivemos informações sobre o número do Decreto que aprovou esse Regimento Interno.

Imagem 1- Organograma da Divisão de Educação em 1946.



Fonte: BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 63.

Naquele ano, o número de instituições de ensino que faziam parte do Território, bem como quadro de professores, apresentava o seguinte panorama de acordo com levantamento feito pelo setor de Estatística Educacional da Divisão:

Quadro 1 - Relação de instituições de ensino⁹ e número de professores no Território Federal do Iguaçu em 1946

Estabelecimento	Chapecó	Clevelândia	Foz do Iguaçu	Iguaçu	Mangueirinha	Total
Curso Normal Regional	-	-	-	1	-	1
Grupo Escolar	6	2	2	2	2	14
Escola Isolada	40	16	12	11	8	87

9 O quadro foi organizado por Lopes (2002) e se apresenta em números, no entanto no Relatório enviado à Dutra há uma relação completa dos nomes dos estabelecimentos que funcionaram no Território no ano de 1946.

Escola Reunida	4	1	1	3	-	9
Curso Supletivo	1	-	1	1	-	3
Total Escolas do Território	51	19	16	18	10	114
Escolas Municipais	49	15	4	11	9	88
Escolas Rurais	5	3	2	2	2	14
TOTAL	105	37	22	31	21	216
Quadro de professores	75	31	29	41	12	188
Bibliotecas	1	1	1	6	1	10

Fonte: Lopes, 2002, p. 155.

Além dos estabelecimentos que já existiam, no ano de 1946 foram construídos quatro prédios para grupos escolares nas localidades de Xanxerê e Vila Oeste (Chapecó) e Chopim e sede (Mangueirinha). Com o fundo do Convênio do Ensino Primário foi contratada a construção de 14 escolas rurais assim distribuídas: duas em Iguaçu, duas em Foz do Iguaçu, duas em Mangueirinha, três em Clevelândia e cinco em Chapecó. Destas, apenas quatro não foram concluídas até o final de 1946. Além disso, houve ampliação, reforma e pintura de prédios escolares e foram organizadas 12 bibliotecas sendo duas públicas e o restante nas escolas (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 64).

De acordo com o mesmo documento, durante aquele ano, cursaram os estabelecimentos do Território 7.767 alunos assim distribuídos: 68 no Jardim de Infância; 5.363 na 1ª série; 1.251 na 2ª série, 845 na 3ª série; 184 na 4ª série; 56 na 5ª série. Aos alunos pobres, foi dada assistência em vestuário, calçado, material escolar e medicamentos.

É fácil perceber a dificuldade da Divisão de Educação em organizar a documentação e fazer o acompanhamento pedagógico desse grande número de escolas, tão distantes umas das outras, contando com o número reduzido de pessoal. Porém, Laudímia jamais se limitou às atividades administrativas e optou por conhecer a fundo as instituições que ela ajudava a gerir, mostrando sua liderança. Desta forma, visitou escolas isoladas e Grupos Escolares fazendo intervenções quanto a metodologia e técnicas e procedimentos de ensino utilizados pelos professores. Quanto aos aspectos da formação

docente e fazer pedagógico, ela afirmou que “[...] sendo fraquíssimo o professor, é fácil calcular a deficiência do ensino. [...] A nossa língua é ensinada de maneira deturpada, os alunos e professores têm um vocabulário paupérrimo, entremeado de termos estrangeiros” (LOPES, 2002, p. 153). A metodologia utilizada pelos professores pode ser resumida nas palavras de Laudímia:

Em uma das primeiras visitas que fiz a um Grupo Escolar, chamou-me a atenção uma espécie de ladainha que vinha de uma aula próxima do Gabinete da Diretoria. Pensei ser aula de Religião. Uma aluna lia uma página do caderno onde copiara o ponto “Capitanias Hereditárias” e a classe toda repetia o que ouvia! Conversei com a professora mostrando o inconveniente do processo e para convencê-la interoguei vários alunos sobre o que decoravam, não obtendo resposta que provassem ter entendido o que repetiam como papagaios (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 62).

Lopes (2002) argumenta que a partir dessa constatação, a Diretora tomou providências, a começar pelos métodos, enviando aos professores uma cartilha de alfabetização, redigindo exercícios de gramática, de redação, pequenos problemas e exercícios de matemática. Ao enviar o material aos professores, orientava-os no uso.

Laudímia escreveu em seu relatório:

O Hino Nacional e o Hino à Bandeira eram cantados de maneira tão deturpada que se tornavam irreconhecíveis. Dispondo a Divisão de Educação de uma única professora de canto orfeônico lecionando no C.N.R¹⁰, tivemos que apelar para outra solução. Foram adquiridos vitrolas e discos com vários hinos, e distribuídos pelas escolas, onde ficarão até que os professores e alunos aprendam a cantar, fazendo-se então um rodízio (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 64).

Observamos que o fazer pedagógico contrastava com as teorias preconizadas na época especialmente no que diz respeito aos conceitos da Pedagogia Nova que colocavam o aluno no centro do processo. Saviani (2008) esclarece que, se na *pedagogia tradicional* a iniciativa cabia ao professor, que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório, na *pedagogia nova* a iniciativa se deslocava para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto,

10 Em muitos documentos oficiais do Território usou-se a sigla C.N.R para referir-se ao Curso Normal Regional.

relação interpessoal, intersubjetiva. No entanto, da maneira como estavam isolados os moradores dessa imensa região, é fácil imaginar que dificilmente os professores haviam sequer ouvido referências acerca de teorias ditas modernas e ainda utilizavam o método tradicional baseado na cópia, repetição e memorização.

Com Laudímia, os professores conheceram uma nova forma de ministrar as aulas:

Procurei premiar mestres e alunos, solicitando os melhores trabalhos para figurarem em exposições na Divisão de Educação e elogiando seus autores. Organizei vários concursos de desenhos, História do Brasil e redação. No Grupo Escolar Tiradentes situado na capital e onde faziam prática escolar 17 alunos da 4ª série do C.N.R. foi possível um trabalho intenso, de orientação de professores, com métodos modernos e bons resultados nos exames de fim de ano (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 62).

Outra batalha de grande importância enfrentada por Laudímia foi a viabilização do Curso Normal Regional que fora criado pelo Decreto nº 2 de 21 de abril de 1946 e fazia parte da onda de expansão das Escolas Normais Regionais após a promulgação, em janeiro daquele ano, do Decreto-Lei nº 8.530 - Lei Orgânica do Ensino Normal. Estando sob a responsabilidade do Governo Territorial, era mais uma das atribuições delegadas à Laudímia e sua equipe. Considerando o estado em que ela havia encontrado as escolas e a metodologia empregada pelos professores, depreendemos que, para ela, o investimento na formação docente seria de extrema importância para elevar a qualidade de ensino no Território. Isso fica claro neste trecho do Relatório enviado à Dutra: “[...] o curso Normal Regional foi a 'menina dos olhos', permita que o diga, do Governador do Território, que contagiou com seu entusiasmo os habitantes da capital” (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 68).

No que concerne às matrículas para o primeiro ano de atividades do Curso Normal, Laudímia informou que os exames de admissão foram feitos na segunda quinzena de abril para o qual compareceram 103 candidatos oriundos de Iguaçu e demais municípios do Território. Selecionados 90 candidatos, foram assim distribuídos: 34 na 1ª série; 19 na 2ª, 20 na 3ª, e 17 na 4ª (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 66).

A maioria dos primeiros normalistas não era da capital, de maneira que o Curso Normal Regional funcionava sob a forma de internato e externato e os estudantes foram acomodados em pensões separadas por sexo. Laudímia participava ativamente das atividades que envolviam os normalistas preocupando-se com suas condições físicas e psicológicas e afirmou que “[...] os alunos que chegaram no início, bisonhos, acanhados, pouco sociáveis, tornaram-se graças ao trabalho intenso de sociabilidade do C. N. R, a prática de esportes, as aulas de ginástica, as aulas de Canto Orfeônico, moças e rapazes alegres, tratáveis” (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 69).

Além do envolvimento com os discentes, pelo relatório é possível inferir que ela se envolvia na rotina diária da Escola Normal Regional e também na condução das atividades educacionais e no trato com os professores. É, portanto, natural que ela houvesse ajudado a compor o corpo docente que atuou nesse primeiro ano formado quase que exclusivamente por profissionais da capital da República. Desta forma, a educadora conviveu com pessoas de origens de classes sociais muito diferentes, desde os caboclos (pais e crianças do interior do Território) até os professores graduados que naquele ano vieram do Rio de Janeiro.

Com a ajuda dos normalistas da 4ª série, Laudímia organizou e aplicou exames para os alunos do Grupo Escolar da capital para aferição de rendimento escolar, elaborou gráficos, fazendo a devolutiva dos resultados aos professores como forma de avaliação do trabalho.

E desta forma, trabalhando em várias frentes concomitantemente, a diretora conduziu a Divisão de Educação até o mês de setembro daquele ano enfrentando as adversidades com o profissionalismo que o tempo dedicado à educação lhe proporcionara.

Considerações

O pouco tempo que passou a frente da Divisão de Educação do Território Federal do Iguaçu (abril a setembro de 1946) foi suficiente para que Laudímia Trotta e sua equipe transformassem o estado de estagnação e precariedade que se encontrava a educação

naquela região em um horizonte onde se podiam vislumbrar possibilidades de crescimento e desenvolvimento por meio da educação. A construção de escolas, especialmente a Escola Normal Regional representou uma grande conquista para os moradores de Iguaçu e região. Aquela foi a primeira instituição a oferecer o nível ginasial onde só existia primário. Além disso, garantiria o mínimo de formação para os professores que, habilitados, trabalhariam nas escolas primárias elevando a qualidade do ensino.

Laudímia buscou amparo em sua vida pregressa para tentar organizar a educação no Território e embora seu trabalho tenha durado pouco tempo, soube honrar seu posto de educadora e o cargo que lhe fora confiado dando o melhor de si para a educação. Humilde, lembrou-se de agradecer nominalmente a cada um dos funcionários que trabalharam diretamente com ela na Divisão de Educação destacando qualidades como abnegação, criatividade e disposição para enfrentar as dificuldades.

Num balanço da importância do Território Federal do Iguaçu, arriscamos dizer que sua criação foi muito importante para a região, pois os moradores viveram num curto período de tempo as expectativas de que o progresso chegaria e, conseqüentemente mudaria o padrão e a qualidade de vida das pessoas. Materialmente também ficaram muitas marcas do progresso que se visualizava. No entanto, esse sonho foi destruído por aqueles que tinham por obrigação garantir uma vida mais digna aos moradores do interior: os deputados e senadores que representaram o povo paranaense na Assembleia Constituinte de 1946.

Referências

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, decretada pelo Presidente da República em 10.11.1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pe.html>. Acesso em: 20 de abr de 2014.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pela Assembleia Constituinte** em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 de abr de 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 5.812, de 21 de setembro de 1943.** Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm. Acesso em 11 de abr de 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de Setembro de 1943.** Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11 de abr de 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de Maio de 1944.** Retifica os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã, e do Iguassú. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6550-31-maio-1944-451989-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11 de abr de 2014.

_____. **Território Federal do Iguaçu. Relatório de atividades do Governador Frederico Trotta encaminhado para o presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

_____. **Território Federal do Iguaçu. Regimento Interno do Curso Normal Regional do Território Federal do Iguaçu.** In: **Relatório de atividades do Governador Frederico Trotta encaminhado para o presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

CAMARGO, João Olivir. **Nerje Laranjeiras do Sul. Raízes da Nossa Terra: a história épica e contemporânea.** Curitiba. Vicentina, 1999.

COSTA, Julio Cesar Zorzeno. **Desenvolvimento Econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930 – 1945).** São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado), 2007.

EMER, I. O. **O Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná e a construção da escola.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937 – 1954).** - Cascavel : EDUNIOESTE, 2001.

LOPES, Sergio. **O Território do Iguaçu no contexto da “marcha para oeste”.** Cascavel. Edunioeste, 2002.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

PONTAROLO, Fábio. O Brasil republicano: a cidadania entre passos e tropeços. Guarapuava : Unicentro, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed., rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008. xx, 474 p. (Coleção memória da educação).

SZMRECSANY, Tamás. **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. Tamás Szmrecsanyi e Rui G. Granziera (orgs.). Campinas : Editora da UNICAMP, 1986. (Série Debates)